

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG000996/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/03/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR012702/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 13621.105345/2023-98
DATA DO PROTOCOLO: 21/03/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABS IND CONST E MOB DE VARGINHA, CNPJ n. 17.842.766/0001-16, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HAROLDO BIANCASTELI;

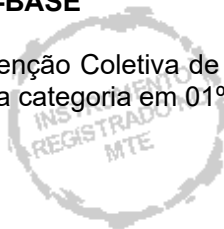
E

SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DA REGIAO DOS LAGOS SUL MINEIROS - SINDUSCON - LAGOS, CNPJ n. 41.775.297/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SEBASTIAO ROGERIO TEIXEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **os trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Construção Civil em geral (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos, eletricitas e trabalhadores em geral de estradas, pontes, portos, canais, montagens industriais e engenharia consultiva, trabalhadores nas indústrias de construção de estradas, pavimentação, barragens, aeroportos, obras de terraplenagem em geral, usinas de concretos, usinas de asfalto e construções pesadas, etc...), na cidade de Varginha/MG**, com abrangência territorial em **Varginha/MG**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL**

Os empregados integrantes da categoria profissional conveniente terão os salários reajustados em 10% (dez por cento), ficando assim definidos:

OFICIAIS – (Pedreiros, Carpinteiros, Armadores, Eletricitas, Pintores, Gesseiros e Bombeiros Encanadores): R\$ 2.545,00 por mês ou R\$ 11,57 por hora;

Meio Oficial Pedreiro e Meio oficial Carpinteiro: (serviços básicos da obra): R\$

2.131, por mês ou R\$ 9,69 por hora;

OPERADORES DE ELEVADORES, GUINCHOS E VIGIAS: R\$ 1.683, por mês ou R\$ 7,65 por hora a partir;

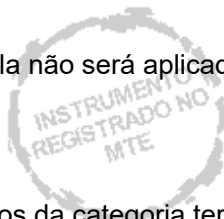
NÃO QUALIFICADOS – Serventes e Ajudantes: R\$ 1.526,00 por mês ou R\$ 6,94 por hora a partir;

ADMINISTRATIVO – Auxiliar de Escritório: R\$ 1.624,00 por mês ou R\$ 7,38 por hora;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As partes declaram que os pisos salariais ora negociados foram resultados de transação livremente pactuada em livre negociação e atendem, em seus efeitos, quaisquer obrigações salariais decorrentes da legislação vigente e que obrigue ou vincule a empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As partes convenientes reunir-se-ão de seis em seis meses, para revisão desta convenção.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A presente cláusula não será aplicada aos trabalhadores vinculados aos setores administrativos das empresas.



PARÁGRAFO QUARTO: Todos os empregados da categoria terão anotado em suas carteiras de trabalho, as funções conforme classificação objeto desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO: Se após 24 (vinte e quatro) meses de exercício da profissão como Meio oficial pedreiro ou carpinteiro com comprovação através de registro em carteira, o profissional poderá ser classificado para o nível Oficial, desde que avaliado e aprovado pelo empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: O aumento salarial retroagirá aos meses de março e abril e serão pagos da seguinte forma: O resíduo do mês de março junto com o pagamento do mês de maio, e o resíduo do mês de abril junto com o pagamento do mês de junho.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO

Os empregadores poderão efetuar o pagamento dos salários de seus empregados em dinheiro, cheque ou depósito bancário, de acordo com o que ficar acertado entre as partes. Se a opção for pelo depósito bancário, os empregados deverão fornecer às empresas o nome do banco, a agência e o número da conta na qual serão efetuados os referidos depósitos, sendo o mesmo efetuado até às 15:00 horas.

É facultado aos empregadores a abertura de contas bancárias de todos os empregados em um único banco, para depósito da folha de pagamento, facilitando assim a sua operação.

As empresas que não efetuarem pagamento dos salários e vales em moeda corrente, deverão proporcionar aos empregados tempos hábeis para o recebimento no banco ou posto bancário dentro da jornada de trabalho, quando coincidente com o horário bancário, excluindo-se os horários de refeição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores deverão efetuar os pagamentos até o quinto dia útil de cada mês, conforme artigo 459, parágrafo único da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregadores fornecerão adiantamento (vale) de pagamento no valor de 40% (quarenta por cento) do salário mensal dos empregados, no período do dia 15 (quinze) ao dia 20 (vinte) do respectivo mês, quando optarem por contratar seus funcionários com pagamento mensal.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA QUINTA - MULTA RESCISORIA

No caso de atraso ou inadimplência dos empregadores na quitação da rescisão contratual, ficará esta sujeita a aplicação vigente.

CLÁUSULA SEXTA - VALE TRANSPORTE

O vale transporte será concedido descontando do trabalhador o valor de 6% sobre o salário mínimo vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Será fornecido ao empregado o demonstrativo de pagamento e salário, com a discriminação das parcelas pagas e os respectivos descontos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Tratando-se de trabalhador analfabeto, o demonstrativo do pagamento deverá para ele ser lido, quando da ocasião do seu pagamento, na presença de uma testemunha.

CLÁUSULA OITAVA - BENEFICIO PREVIDENCIARIO

Se o empregado vier a sofrer prejuízo pelo não recebimento previdenciário, em razão do empregador não ter lhe fornecido por negligência, devidamente comprovada, a comunicação do acidente de trabalho (CAT) dentro do prazo legal, o empregador estará sujeito às sanções da lei. Caberá também, aos empregadores fornecer a devida orientação sobre este assunto, aos seus empregados, nos canteiros de obra.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - INTEGRAÇÃO DE ADICIONAIS

Os adicionais de horas-extras, adicionais noturnos, adicionais de insalubridade e de periculosidade que, percebidos em caráter habitual, serão incorporados ao salário base pela média duodecimal, para efeito de pagamento do 13º salário, das férias integrais ou proporcionais e do aviso prévio indenizado, bem como o pagamento do repouso semanal remunerado, excetuando-se quanto a estes pagamentos integrativos que tenham sido calculados e pagos em proporção ao salário mensal, hipótese em que a integração de repouso já se fez de forma corrida.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - PERICULOSIDADE

Os empregados quando trabalharem no “**BALANCINHO**” terão 30% (trinta por cento) a mais sobre o valor do salário base a título de periculosidade.

AUXÍLIO MATERNIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE SALARIO A GESTANTE

A garantia de salário e emprego à gestante obedecerá a Legislação vigente.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANDAIME DE MADEIRA

Os empregados que trabalharem em andaime de madeiras com mais de 6 (seis) metros, terão direito a 30% a mais sobre o valor do salário base a título de atividade penosa.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica proibido utilizar andaime com tabuado com menos de 25 mm. de espessura e peças com qualquer madeira branca. Fica proibida a reutilização de andaimes de madeira.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - READMISSAO DE EMPREGADOS

No caso de readmissão de empregados pelo mesmo empregador e na mesma função anteriormente exercida, não será celebrado contrato de experiência, desde que a readmissão ocorra no prazo de 06 (seis) meses. Se o período for superior a 06 (seis) meses o prazo do contrato de experiência será no máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

Todo empregado despedido sob acusação de **justa causa** deverá ser cientificado no ato da dispensa, por escrito e conta recibo, das razões de fato determinadoras da sua despedida, sem prejuízo de outras. No caso de sua recusa em assinar os documentos

necessários para este fim, testemunhas darão validade por escrito aos documentos da dispensa **por justa causa**.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PREVIO

O empregado ficará dispensado do cumprimento do aviso prévio concedido pelo empregador em caso de obtenção de novo emprego, desde que comunique à empresa com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, ficando a empresa isenta do pagamento dos dias de aviso prévio não trabalhado. As empresas se comprometem no ato da dispensa de qualquer empregado a dar o Aviso por escrito especificando se o empregado deverá ou não trabalhar durante a sua vigência o dia e local da rescisão.

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CIPA

Todos os empregadores que tiverem número de funcionários acima do mínimo previsto em lei deverão ter a CIPA, atendendo a Legislação pertinente do Ministério do Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores comunicarão ao Sindicato, com um mínimo previsto de 30 (trinta) dias de antecedência, a data das eleições da CIPA, garantindo a livre candidatura e a realização de cursos de segurança do trabalho a todos os empregados eleitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Tendo o empregador mais de um canteiro de obras, sendo que o total de seus funcionários atinja mais de 70 trabalhadores ao todo, será exigida uma CIPA por canteiro de obras. Se o número total de funcionários não superar 70 trabalhadores, será estabelecida uma única CIPA para todos os canteiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Obras com até 180 dias e com número de funcionários superior a 70, poderá estabelecer CIPA provisória.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica estabelecido o prazo de até 90 dias para o empregador informar ao Sindicato dos trabalhadores da construção civil a constituição da CIPA.

PARÁGRAFO QUINTO: Não terá estabilidade o trabalhador registrado em matrícula CEI ou em CNPJ das obras paralisadas nos casos de motivo técnico, disciplinar, econômico e financeiro. A conclusão ou paralisação da obra exige o empregador de garantir a estabilidade dos trabalhadores que compunham a CIPA da obra em questão.

PARÁGRAFO SEXTO: Os empregados deverão contribuir, participar e incentivar todas as atividades ligadas a segurança do trabalho e admitir o caráter oficial e obrigatório destas atividades, sendo sua omissão passível de punição pelos empregadores.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRATOS DE EMPREITEIROS

Os contratos de empreiteiros de mão-de-obra devem ser celebrados com sub-empreiteiras se constituídas sob a forma de pessoa jurídica, ou autônomos devidamente organizados e serem claramente especificados nos instrumentos contratuais. Além disso, faculta-se aos empregadores reter 10% (dez por cento) das faturas de pagamento as sub-empreiteiras, para garantia do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte destes, exigindo-lhes, a cada mês, prova da quitação dos encargos pertinentes à mão-de-obra utilizada na sub-empreitada, sendo que este percentual somente será reembolsado ao sub-empreiteiro após a comprovação dos pagamentos anteriormente mencionados. Fica vedada a utilização de mão-de-obra temporária nos termos da Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada terminantemente a utilização de trabalhadores em serviços de construção civil por empresas de mão-de-obra temporária.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados pertencentes às empresas terceirizadas e sub-empreiteiros, afiliados ou não, dentro do canteiro de obras e na base territorial desta convenção, estão sujeitas às cláusulas pactuadas nesta convenção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CARTA DE REFERENCIA

Os empregadores poderão emitir carta referenciando seu histórico aos empregados, no desligamento, sempre que os mesmos o requisitarem

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - APOSENTADORIA

Ao empregado que comprovadamente esteja a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito a aposentadoria integral e, com no mínimo 05 (cinco) anos de trabalho prestados ao mesmo empregador, serão assegurados emprego e salário, até a concessão de benefício, exceto nos casos de justa causa.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ADMISSAO APOS DATA BASE

Em se tratando de empregado contratado após o primeiro dia de fevereiro de 2022, será adotado o critério da proporcionalidade de tempo de serviço, ou seja, 1/12 da taxa de reajuste salarial por mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, considerando-se o mês de admissão, respeitado o piso salarial da categoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - LANCHE

Quando for necessária a realização de horas extras acima das horas previstas em lei, no caso de motivo imperioso ou força maior, os empregadores fornecerão gratuitamente lanche para seus empregados em horário pré determinado por eles mesmos.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE DE EMPREGADO

O empregado que utilizar, por vontade própria, suas ferramentas durante o horário de trabalho, tornar-se-á responsável por sua guarda. Nos intervalos das jornadas e, havendo interesse das partes convenientes, os objetos e ferramentas do trabalhador poderão ficar sob a guarda do empregador, mediante recibo apropriado.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FALTA DE EMPREGADOS ESTUDANTES

Não poderá ser exigida do empregado estudante a prestação de horas extraordinárias, se estas coincidirem com o horário escolar, desde que o mesmo comprove mensalmente ao empregador a sua condição de estudante. Serão abonadas as faltas do empregado estudante desde que:

- a) – Seja motivo de prova em estabelecimento de ensino;
- b) – O horário de prova coincida total ou parcialmente com o horário de trabalho do empregado;
- c) – O empregado pré-avise o empregador com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito); horas.
- d) – O empregado comprove com atestado escolar, seu efetivo comparecimento à prova, isto, no máximo 24 (vinte e quatro) horas após a realização da mesma.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LIBERACAO DOS DIRETORES DO SINDICAO

Os empregadores que tiverem empregados dirigentes sindicais, os liberarão quando solicitado pelo Sindicato, sem prejuízo da sua remuneração, necessitando, porém que a solicitação aos empregadores tenha pelo menos 48 (quarenta e oito) hora de antecedência à data da liberação, limitando a 2 (dois) diretores por empresa e ao máximo de 4 (quatro) horas por mês para cada diretor.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONCESSAO E INICIO DE GOZO DE FERIAS

O início das férias individuais ou coletivas dar-se-á até o terceiro dia útil da semana, devendo o empregado receber a comunicação no prazo de 30 (trinta) dias antes, sendo que o pagamento deverá ser feito nas condições previstas pelo artigo 145 da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os empregadores anteciparão aos seus empregados por ocasião de férias, desde que os mesmos requeiram com antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores à saída para as férias, o valor de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, devendo este ser calculado com base no salário nominal.

FÉRIAS COLETIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FERIAS COLETIVAS

Caso os empregadores tenham necessidade de conceder férias coletivas aos trabalhadores, deverão obedecer as legislações vigentes pertinentes à matéria

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AGUA POTAVEL

A água potável será oferecida aos empregados, conforme exigência legal.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PINTORES

Com o objetivo de evitar as doenças respiratórias e pulmonares, os empregadores deverão fornecer uma máscara, conforme a lei, para cada pintor, sendo que os mesmos deverão fazer uso da referida máscara no próprio local de trabalho, ficando expressamente proibido levá-la para casa.

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - UNIFORMES

O fornecimento de uniformes será obrigatório somente para os empregadores com mais de 30 (trinta) empregados na área de produção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O uniforme será composto de calça e camisa e a recusa do empregado em utilizá-lo poderá acarretar sua demissão por justa causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pessoal do setor administrativo fica dispensado de utilizar o uniforme.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - MEDICO

Para que se torne reconhecida a profissão desta categoria, fica determinado que na segunda-feira de carnaval será feriado para todos os trabalhadores na construção civil onde abrange os municípios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ficam desobrigadas a indicar médico coordenador do P. C. M. S. O, as empresas ou condomínios com até 10 (dez) funcionários, conforme portaria n. 8, item 7.3.1.2, D. O. U. de 09/05/1996.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas ou condomínios terão ampliado o prazo de dispensa da realização do exame médico demissional em até 90 (noventa) dias, quando neste período o funcionário desligado já estiver sido submetido a algum exame médico, conforme portaria n.8, item 7.4.3.5.2. D. O. U. de 09/05/1996.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AUDIOMETRIA

Será dispensado a execução de exame de audiometria no caso da contratação de trabalhadores que apresentem na sua admissão exames anteriormente feitos dentro do prazo de até a 180 dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - REMOCAO

Os empregadores se responsabilizarão pela remoção do empregado acidentado, providenciando veículo para levá-lo até o local onde será adequadamente atendido.

RELAÇÕES SINDICAIS

SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - SINDICALIZAÇÃO

Os empregadores se comprometem a favorecer o processo de sindicalização dos seus empregados, determinando a seu critério e a pedido do Sindicato, dia e hora para se proceder ao trabalho de filiação.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUICAO CONFEDERATIVA

As empresas ou empregadores, como simples intermediário, descontarão de seus empregados, desde que abrangido por esta convenção no mês subsequente ao da data em que verificar o protocolo de depósito, registro e arquivo no DRT/MG, a favor das entidades sindicais profissionais signatários, equivalente a 12 % (doze por cento) durante o ano, sendo 1% (um por cento) a cada mês da contribuição confederativa, desde que manifestada prévia e expressamente pelo empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor descontado será recolhido pelas empresas ou empregadores, à entidade sindical em guia fornecida por esta, até o 5º dia útil subsequente àquele em que se verificar o desconto, devendo encaminhar a referida entidade, cópia que comprove o recolhimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O recolhimento do valor fora do prazo estabelecido, será acrescido de multa de 10% (dez por cento), juros moratórios e atualização monetária se for o caso, pela variação de TR ou outro índice que o substitua. Esses encargos serão de responsabilidade das empresas ou dos empregadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não havendo recolhimento regular da contribuição confederativa, no ato da rescisão contratual a mesma deverá ser recolhida/quitada, sem nenhum ônus para o empregado desligado.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ACAO DE CUMPRIMENTO, LEGITIMIDADE

A legitimidade do Sindicato para propor ação de cumprimento será observada nas formas da legislação vigente.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CESTA BASICA

Todos os empregadores estabelecidos fora da base do Sinduscon Lagos e tenham obra na base deste sindicato patronal, deverão fornecer aos seus empregados, uma cesta

básica por mês, com pelo menos 25 (vinte e cinco) quilos, contendo pelo menos 10 produtos diferentes dos produtos básicos, ou seja, arroz, feijão e açúcar.

PARAGRAFO 1º - Farão jus a cesta básica os empregados que não tenha nenhuma falta ou até duas faltas justificadas durante o mês.

PARAGRAFO 2º- O empregador será obrigado a entregar a cesta básica ao empregado

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA

A inobservância desta convenção por qualquer das partes convenientes, sujeitará o infrator ao pagamento de uma multa no valor de 20% (vinte por cento) do salário mensal efetivo do funcionário envolvido na infração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A multa reverterá em favor do empregado envolvido na infração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a infração ocorrer por parte do empregador, a multa reverterá em 10% para o empregado em 10% para o sindicato do trabalhador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - REUNIOES PERIODICAS

As partes convenientes comprometem-se a voltar a se reunir de 6 (seis) em 6 (seis) meses, objetivando aprimorar o relacionamento entre as partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - NAO SUPERPOSICAO DE VASNTAGENS

Fica convencionado que, se ocorrer alteração na legislação, no acordo dissídio coletivo, não poderá haver em hipótese alguma, a aplicação comutativa de vantagens da mesma natureza com a desta convenção, prevalecendo, no caso, a situação mais favorável.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CUMPRIMENTO DA CONVENCAO

As partes obrigam-se a observar, fiel e rigorosamente, a presente convenção, por expressar o ponto de equilíbrio entre as reivindicações apresentadas pelo Sindicato Profissional e os oferecimentos feitos em contra-proposta pelas entidades sindicais patronais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - JUIZ COMPETENTE

A justiça do Trabalho será competente para dirigir as divergências na aplicação desta convenção.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISO

Os empregadores permitirão ao Sindicato dos Trabalhadores, a fixação de quadros de aviso em local próprio para tal, sendo vedada a divulgação de matérias político-partidárias ou ofensivas a dignidade de quem quer que seja.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DIREITO E DEVERES

Fica o Sindicato Patronal da Construção Civil credenciado a esclarecer aos empregadores dúvidas quanto aos direitos e deveres dos mesmos quando da realização de suas obras. O Sindicato dos Trabalhadores também estará credenciado a esclarecer aos trabalhadores suas responsabilidades e direitos nas relações de trabalho, e deverá incentivá-los através de cursos, palestras e seminários, a observar todas as normas pertinentes ao assunto, sempre objetivando o desenvolvimento profissional da categoria.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - FERIADO DA CATEGORIA

Para que se torne reconhecida a profissão desta categoria, fica determinado que na segunda-feira de carnaval será feriado para todos os trabalhadores na construção civil onde abrange os municípios.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO, DENÚCIA E REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente convenção ficará submetido às normas estabelecidas pelo artigo 615 da CLT.

E, por estarem devidamente ajustadas, assinam as partes a presente convenção, em três vias de igual teor e forma, sendo que uma delas será encaminhada para depósito e guarda da Delegacia Regional do Trabalho.

Varginha, 23 de fevereiro de 2023.

Sebastião Rogério Teixeira

Pres. Sinduscon-Lagos

CPF: 510.884.287-20

Haroldo Biancasteli

Pres. Sind. Trabalhadores

CPF: 352.646.406-53

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - HORA EXTRAORDINARIA

As horas extras por dia de trabalho, bem como os sábados, domingos e feriados, terão acréscimo de 100% (cem por cento) do valor da hora normal. As empresas poderão praticar horas extras acima do limite previsto pela legislação vigente, nas condições de riscos iminentes, motivo de força maior ou necessidade imperiosa, devendo justificá-las ao Ministério do Trabalho até 10 (dez) dias após a ocorrência do evento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - SUBSTITUICAO

No afastamento temporário de qualquer empregado por período superior a 30 (trinta) dias, o empregado convocado para substituir ao afastado temporariamente, durante o

período da substituição, perceberá salário igual ao do substituído, salvo quando a substituição se der em caráter eventual ou férias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - TRABALHO EM REPOUSO/ADICIONAL NOTURNO

Os empregadores poderão fazer compensação das horas trabalhadas nos dias destinados a repouso ou pagá-las como horas extraordinárias, excepcionalmente, no caso de cumprimento de prazo de entrega de obra, desde que seja feito acordo por escrito com os empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO: O trabalhador terá remuneração de 20% (vinte por cento) da hora normal, a título de adicional noturno, em conformidade com a CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - VISITA AO LOCAL DA OBRA

Mediante prévio acordo por escrito com a administração empresária, poderá o Sindicato Profissional, através de seus dirigentes devidamente credenciados, visitar os locais de trabalho de seus filiados, no máximo uma vez por mês, por um período de 60 (sessenta) minutos, para assisti-los, verificar as condições de execução coletiva e facilitar a sindicalização.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - AVISO DE ACIDENTE

Os empregadores ficarão obrigados a avisar a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores de todos os acidentes que ocorrem, em caso de afastamento, no prazo de 10 (dez) dias.

}

**HAROLDO BIANCASTELI
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABS IND CONST E MOB DE VARGINHA**

**SEBASTIAO ROGERIO TEIXEIRA
PRESIDENTE
SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DA REGIAO DOS LAGOS SUL MINEIROS -
SINDUSCON - LAGOS**

ANEXOS ANEXO I - CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.